

## Os pilares da sabedoria verde<sup>1</sup>

Emmanuel Macron<sup>2</sup>

A guerra na Ucrânia e os combates em Gaza após o ataque terrorista do Hamas não devem desviar a atenção do mundo de nossas prioridades coletivas: reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, ter a meta de chegar à neutralidade de carbono até 2050, preservar a biodiversidade e combater a pobreza e a desigualdade.

Esta é a doutrina que a França tem implementado em nível internacional, por meio do Acordo de Paris para os Povos e o Planeta e das cúpulas One Planet. A pedra angular de nossa estratégia deve ser acelerar a transição ecológica, assim como lutar contra a pobreza. Afinal de contas, hoje está absolutamente claro que nenhum país trabalhará para proteger o planeta se o preço que terá de pagar leve seus cidadãos a um beco sem saída socioeconômico.

As economias mais avançadas, que também têm sido as principais emissoras de CO<sub>2</sub> desde a revolução industrial, precisam abandonar os combustíveis fósseis. Se quisermos cumprir as metas do Acordo de Paris sobre o clima, isso não é negociável.

A ciência definiu a trajetória: temos de nos afastar do carvão até 2030, do petróleo até 2045 e do gás até 2050. Embora a maior responsabilidade caiba aos países do G7, a China, que hoje é a segunda maior emissora da história, também precisa estar totalmente comprometida com isso.

A ameaça decorrente do carvão deve ser abordada em primeiro lugar. Hoje, os 2.000 GW de capacidade instalada emitem CO<sub>2</sub> suficiente para nos levar acima do patamar de 1,5° C. Embora a Agência Internacional de Energia (AIE) recomende a retirada de 92 GW por ano, já há planos para instalar uma capacidade adicional de 500 GW.

Embora a obrigação de abandonar o carvão até 2030 seja do G7 (a França terá feito isso em 2027), as economias emergentes são hoje as maiores consumidoras

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/os-pilares-da-sabedoria-verde.ghtml>

Acessado em 02.01.2023

<sup>2</sup> Presidente da França

de carvão. Nesses países, precisamos acelerar o financiamento das energias renováveis, assim como da energia nuclear, que, como uma fonte de energia manejável e descarbonizada, deve ter um papel chave.

Também devemos colocar o financiamento privado e o comércio a serviço do Acordo de Paris. O custo do investimento deve ser mais alto para os agentes do setor de combustíveis fósseis. Precisamos de uma taxa de juro verde e de uma taxa de juro marrom. Da mesma forma, precisamos de uma cláusula sobre o clima em nossos acordos comerciais, porque não podemos exigir que nossas indústrias se tornem mais verdes e ao mesmo tempo apoiar a liberalização do comércio internacional de produtos poluentes.

Mundo precisa criar condições para financiar transição verde e adaptação às mudanças climáticas, já que está absolutamente claro que nenhum país trabalhará para proteger o planeta se isso levar seus cidadãos a um beco sem saída econômico

Para os países mais vulneráveis, devemos criar condições que lhes permitam financiar iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e ter acesso às tecnologias verdes que são os novos motores do crescimento. Isto implica ir mais longe do que a tradicional “assistência oficial ao desenvolvimento” e fazer por eles o que os países ricos fizeram para si mesmos durante a pandemia: seguir uma política fiscal e monetária não ortodoxa.

Os resultados já estão aí: em dois anos, na sequência da iniciativa que tomamos em Paris em 2021, liberamos mais de US\$ 100 bilhões em direitos especiais de saque (DES, os ativos de reserva do FMI) para países vulneráveis. Ao acionar esses “ativos parados”, concedemos empréstimos de 20 anos a taxas de juro próximas de zero para financiar ações relativas às mudanças climáticas e à preparação para pandemias nos países mais pobres. Começamos a mudar as regras da dívida para que esses países possam suspender os pagamentos em caso de choque climático. E alteramos o mandato dos bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, de maneira que assumam mais riscos e mobilizem mais dinheiro privado.

Continuaremos a trabalhar nesse sentido, inclusive no marco do novo Fundo de Perdas e Danos do Clima, em que devemos mobilizar novos mecanismos de seguro privado ante os riscos climáticos. Começaremos pelas necessidades específicas dos países mais atingidos. No primeiro semestre de 2024, a França e Bangladesh assinarão um acordo para financiar a adaptação às alterações climáticas e às perdas e danos decorrentes, pelo qual a agência francesa de desenvolvimento contribuirá com € 1 bilhão em investimentos, e o FMI concederá novos empréstimos de até US\$ 1 bilhão em DES.

Isto também implica identificar, em uma escala mundial, mecanismos de governança para os desafios mais cruciais que teremos de enfrentar nos próximos anos, sendo que o acesso à água é um dos mais prementes. A este

respeito, a França e o Cazaquistão convocarão a Cúpula One Water durante a próxima Assembleia Geral da ONU.

Além disso, precisamos nos concentrar em construir a base de uma “bioeconomia” que pague pelos serviços proporcionados pela natureza. A natureza é a nossa melhor tecnologia para sequestrar carbono em grande escala. Os países com as reservas mais importantes de carbono e de biodiversidade, em especial nas três principais bacias de florestais tropicais, precisam obter muito mais recursos, a serem determinados país a país, em troca de sua gestão dessas reservas vitais. A França já lançou três contratos deste tipo na COP28, com Papua Nova Guiné, República do Congo e República Democrática do Congo.

Mas a reforma do mercado voluntário de carbono é essencial. Precisamos criar uma bolsa internacional de carbono e biodiversidade que permita aos agentes governamentais e privados organizarem trocas voluntárias de créditos de carbono, com base em critérios suficientemente ambiciosos para evitar o “greenwashing” e para remunerar as comunidades locais.

Os oceanos são nossos sequestradores de carbono mais importantes e precisamos protegê-los. A França e a Costa Rica convocarão a 3ª Conferência da ONU sobre os Oceanos, em 2025, com o objetivo de atualizar o direito internacional, em especial sobre a proibição de poluição por plásticos e sobre a proteção do alto-mar e dos leitos marinhos. Essas reformas também permitirão o desenvolvimento de estratégias nacionais para a proteção do litoral por parte de países com zonas econômicas exclusivas.

Por último, não seremos bem-sucedidos se não conseguirmos reformar o Banco Mundial e o FMI, que têm um papel proeminente no estabelecimento de normas e no financiamento da transição verde em escala mundial. Oitenta anos depois de sua criação, estas instituições continuam subfinanciadas e os países emergentes e em desenvolvimento seguem excluídos de sua governança. Mas não seremos capazes de chegar a acordos sobre metas e financiamentos até que todos que participam dessas negociações estejam em pé de igualdade. Para isso, precisamos rever a governança de Bretton Woods e pedir aos emergentes que assumam sua parte de responsabilidade no financiamento dos bens públicos mundiais.